

economia

EC

13

questões económicas e sociais



ESTUDO

para uma análise marxista da inflação

**desenvolvimento
em cooperação
internacional**

**como ler
um balanço**

para uma análise marxista da inflação estudo

Explicar a inflação é tarefa complexa. A sua explicação marxista-leninista ainda não está completamente elaborada.

Neste artigo não pretendemos essa explicação — sintetizar toda a experiência adquirida na luta de classes e enquadrá-la definitivamente num corpo teórico.

A dúvida sobre se este artigo responde minimamente à exigência das tradições da investigação científica marxista-leninista quase levava à sua inexistência, mas o desenvolvimento da economia política também se faz na crítica à teoria económica burguesa e no debate colectivo.

Apesar da sua pequenez teórica, é esse contributo para a elaboração colectiva que este artigo visa.

O seu conteúdo não é, como não podia ser, definitivo. O próprio autor se vê impellido a reanalisar cuidadosamente cada ponto.

A inflação tem sido, nos últimos anos, um tema central na literatura económica. As diversas correntes do pensamento económico têm-se digladiado na busca de uma explicação desse fenómeno novo e complexo, que continua em grande medida por explicar. O pensamento económico burguês, na sua globalidade, manifestou mais uma vez a sua incapacidade de análise económica e de previsão da evolução dos fenómenos, podendo-se mesmo afirmar que cada vez está menos interessado em determinar causas e encontrar formas de solução.

Com a falência das explicações keynesianas, manifesta no desajustamento do esquema teórico com a realidade, com a persistência do fenómeno resistindo a todas as chamadas «políticas anti-inflacionistas», com a transformação da inflação em tema social central e objecto de movimentações sociais, de luta de classes cada vez mais aguda, o pensamento económico burguês passa da tentativa de explicação para uma posição apologética: descrever fenómenos

sem interligá-los e analisá-los, procurar atirar para as costas dos trabalhadores a responsabilidade, justificar atabalhoadamente actuações estatais que muitas vezes reforçam a própria inflação. A realidade demonstrou que a inflação é um fenómeno inerente ao próprio capitalismo contemporâneo, como veremos, e, assim sendo, torna-se-lhe mais importante encobrir as causas da inflação do que revelá-las. «O capitalismo tem necessidade de apresentar a inflação como um mal de origem alheia ao seu "funcionamento normal".» Para o pensamento económico burguês, «a noção de inflação é puramente descritiva. Daí o carácter ecléctico daquilo a que chamamos as "causas" do fenómeno: excesso da procura relativamente à oferta global, subida dos custos, aumento excessivo da massa monetária, etc. Pouco importa, pois o que é necessário é designar responsáveis: o Estado, os sindicatos, os monopólios, o Banco Central, os consumidores... toda a gente — mas não o próprio sistema capitalista» ⁽¹⁾!

Entretanto não existe uma teoria marxista da inflação. Existem importantes contributos de explicação, existe uma compreensão genérica da ligação indissolúvel da inflação e do sistema capitalista nacional e internacional, mas falta a dissecação das razões e canais dessa indissolubilidade, o que não é um mero problema teórico, mas uma arma de transformação da realidade, principalmente importante em fases de transformações revolucionárias. As análises que têm sido feitas apresentam muitas vezes um quadro parcial de explicação ou tende a destacar com demasiada força aspectos que só assumem significado no todo. Podemos dizer que a dificuldade que ainda hoje a economia política marxista encontra em integrar a inflação no seu corpo teórico resulta, em grande medida, da «inexistência de uma teoria crítica dos preços no modo de produção capitalista» ⁽²⁾ — embora se baseie na única explicação científica do valor — e do desprezo que muitas vezes existe do estudo aprofundado das questões monetárias e financeiras.

Este quadro genérico mostra desde logo os limites deste artigo, que não pode ter a mínima veleidade de resolver as dificuldades existentes. Procurar-se-á apenas referir um conjunto de aspectos relacionados com a inflação dando-lhes um corpo teórico unificado em torno da existência, no capitalismo actual, de um factor permissivo, mas não suficiente, para a inflação: o actual sistema monetário internacional do capitalismo. Ao analisar-se de uma forma breve possíveis caminhos de explicação científica da inflação desmascararemos os sofismas da economia burguesa. Em alguns aspectos procuraremos abrir meras pistas a uma

⁽¹⁾ S. Brunhoff, *Política Monetária*, ed. Assírio e Alvim, p. 115.

⁽²⁾ *Idem*.

investigação futura, a um debate teórico profícuo se honesto e imbuído na luta de classes que é o suporte e a finalidade do esforço teórico.

1.

Caracterização e localização da inflação

*Objecto: análise
teórica
Objecto: fazer a
B. Portugal
Analisar preços em
Portugal e
em outros países
subdesenvolvidos*

1.1. Se é certo que uma categoria económico-social apresenta sempre uma face qualitativa e uma face quantitativa, e aquela está sempre subjacente a esta, se é certo que começar por caracterizar a inflação com mera referência aos aspectos quantitativos é uma limitação, pensamos que é de aceitá-la nesta fase do estudo, até porque não se pretende definir inflação, mas começar a delimitar o objecto de estudo e a explicitar o que é necessário analisar.

Repudiamos as definições que englobam logo uma tese explicativa porque ou são um impeditivo à livre investigação científica ou começam por restringir um estudo que à partida se deve pretender global. Preferimos partir, nesta fase, da sua enunciação com base na sua manifestação visível e quotidianamente sentida: a subida dos preços.

É o aumento de preços que se tem verificado de forma sistemática em todos os países capitalistas que está na base das dificuldades dos trabalhadores, que tem conduzido a uma agudização das lutas, que constitui um fenómeno económico sobre o qual têm recaído as verdadeiras ou falsas tentativas de explicação. Aumento de preços que entre 1948 e 1971 se cifrava nos Estados Unidos da América e noutros países capitalistas desenvolvidos numa média de 3 % anuais, coincidindo com diferentes taxas de aumento de preços nos diferentes países e com taxas mais elevadas em muitos países subdesenvolvidos, e que em 1973-1975 atinge 10 % e mais de aumento anual. Actualmente estamos na fase da «inflação a dois números»⁽²⁾.

Não se trata de um aumento de preços que se verifique nesta ou naquela mercadoria, mas em todas, embora admitindo-se desfasamentos temporais entre os movimentos particulares. A inflação é um aumento *geral* de preços, que não se verifica hoje para desaparecer amanhã, mas que se verifica de forma sistemática há ~~uma década~~ e que tem mostrado uma tendência de agravamento. É um aumento geral de preços que é *crónico*, que tende a revelar uma tendência cumulativa, embora não linear no quadro nacional. Mas estes dois aspectos da alta de preços não são suficientes para caracterizar a inflação, nem dariam por si o relevante carácter social que aquela assume. Os preços aumentam geral e cronicamente, mas atingindo os preços das diversas mercadorias com *intensidades diferentes*, sendo de realçar as evoluções diferenciadas do preço da força

(2) Vejam-se recentes índices em *Ec.* 10, p. 71: 18,8 % em Itália, 17,5 % no Reino Unido, 14 % na Irlanda, etc.

de trabalho e das restantes mercadorias, mas não esquecendo tendências semelhantes entre preços à saída da produção e no comércio, preços no comércio por grosso e no comércio a retalho^(*), entre o da mercadoria A e o da mercadoria B, entre os das mercadorias produzidas no país e os das mercadorias importadas, etc. Estas diferenças de intensidade, a luta para atenuação ou agudização dessas tendências são elementos fundamentais na agudização da luta de classes e de desentendimento entre diferentes hostes capitalistas.

Caracterizando empiricamente a inflação como um aumento geral e crónico de preços que se verifica com intensidades diferentes conforme as mercadorias, afastamos a possibilidade de explicá-la por «desajustamentos sectoriais» ou fenómenos passageiros estranhos aos «mecanismos normais da economia». Os desajustamentos temporais ou sectoriais sempre tiveram existência possível em capitalismo e não podem explicar o que é específico de determinada fase de desenvolvimento do capitalismo.

1.2. Numa primeira observação poder-se-iam encontrar pontos de semelhança entre o aumento de preços no período que se referiu e a «revolução dos preços» dos séculos XVI e XVII, em consequência dos descobrimentos geográficos: «Por “revolução dos preços” deve entender-se a extraordinária subida dos mesmos que se verificou no século XVI e que provocou o espanto e indignação da gente da época. Manifestou-se sobretudo em Espanha, beneficiária da parte de leão do ouro colonial. Em fins do século XVI, naquele país, os preços em geral quadruplicaram e o do pão quintuplicou. Em França, Inglaterra e Alemanha, durante o mesmo período, em média aumentaram duas ou duas vezes e meia, embora este aumento se verificasse com atraso em relação a Espanha.» «O seu resultado foi por um lado a desvalorização do salário e da renda da terra e, por outro, o aumento dos lucros industriais. Por outras palavras, na medida em que perderam as classes dos proprietários da terra e os trabalhadores — os senhores feudais e o povo — ganhou a classe dos capitalistas, a burguesia.»^(*)

Apesar das semelhanças existentes entre esse processo e o actual^(*), pensamos que são de distinguir, não tanto

(*) Recentemente os aumentos de preços têm sido maiores no comércio a retalho.

(*) Avdakov e outros, *Historia Económica de los Países Capitalistas*, Grijalbo, pp. 210-211.

(*) Essa semelhança também se encontra em algumas formas de explicação: «Para os contemporâneos eram incompreensíveis as causas de tão estranho fenómeno e atribuíam-no às intrigas dos monopólios comerciais ou, no caso de Espanha, à emigração do ouro e da prata para o estrangeiro», de *Historia de los Países Capitalistas*, páginas referidas.

por considerações de amplitude geográfica, mas pelas diferentes fases de desenvolvimento histórico em que se inserem — decadência do feudalismo e ascensão do capitalismo num caso, decadência do capitalismo no outro —, a que correspondem também, entre outros aspectos, diferenças profundas no sistema monetário. Se é certo, como salientou Marx, que a «revolução dos preços do século XVI» tem como causa o embaratecimento do ouro e da prata, que «na maioria dos casos não custavam absolutamente nada aos aventureiros coloniais», isto é, para a economia dos países colonizadores havia uma sistemática diminuição da quantidade de valor do ouro e da prata, também é imediato que tal explicação é totalmente inadequada a uma economia em que o ouro há muito deixou de intervir directamente nas transacções de mercadorias.

apof. Localizar-nos-emos apenas no fenómeno recente de aumento de preços, apesar de nas experiências passadas, como a referida, se poderem obter informações valiosas e pistas de investigação.

1.3. Pelo que foi dito anteriormente resulta claro que a inflação é um fenómeno limitado ao sistema capitalista. Bastaria, por exemplo, atender à descida de 25 % nos preços na URSS, entre 1950 e 1972 (período de aumento geral e crónico dos preços em capitalismo), para confirmar o dito. E muitos outros exemplos se poderiam obter nos países socialistas, mesmo naqueles raros em que se tem verificado um aumento de preços, caso da Hungria, em que se verificou um aumento médio anual dos preços de 3 % na sequência da reforma do seu sistema de preços e planeamento em 1968. Se atendermos a que muitos dos bens essenciais para o desenvolvimento humano não têm preço (ou são nulos) e nos restantes apenas uma pequena percentagem tem preços inteiramente livres; é um fenómeno não global na medida em que enquanto os preços de uns produtos aumentaram os de outros diminuíram e esse movimento contraditório é de grande amplitude⁽¹⁾; os aumentos salariais (em sentido lato) processaram-se a um ritmo mais elevado que o dos preços (uma taxa média anual de 4 % a 7,4 %), se atendermos a tudo isso é notório não haver inflação, como foi anteriormente caracterizada.

A inexistência de inflação não significa que em alguns produtos não haja aumentos de preços, mas estes não

(1) «Pode-se ter uma ideia da amplitude dos ajustamentos verificados num sentido e noutro quando se diz que, por exemplo, o total dos aumentos rondaram os 6,1 biliões de florins entre 1968 e 1972, as diminuições 5,2 biliões, o que representa um crescimento líquido de 860 milhões de florins» (in «Les Mouvements recents des prix et des revenus en Hongrie», da revista da OIT de Fevereiro de 1975). Além disso a força do trabalho não é, no socialismo, uma mercadoria e os salários aumentaram mais que os preços.

podem ser designados por «tensões inflacionistas» a não ser ou por demagogia ou por extensão do conceito de inflação de tal forma que o objecto de estudo deixa de ter significado, pois passa a abranger fenómenos radicalmente díspares.

Resumindo, a inflação é um aumento geral e crónico de preços, com diferenciadas intensidades nas diversas mercadorias, característico do último lustro do sistema capitalista.

2.

Estrutura de preços, ponto de partida

Pela própria natureza do objecto de estudo teremos que analisar a formação dos preços, mas não basta estudar o seu mecanismo de formação para uma mercadoria ou para um sector, pois se assim se procedesse situávamo-nos no quadro da produção mercantil, mas sem considerar as características do capitalismo desenvolvido. «A mercadoria individual apresenta-se, e não só materialmente, como parte do produto total do capital, como parte alíquota do lote por ele produzido. Já não estamos de maneira nenhuma perante a mercadoria individual autónoma, perante o produto isolado. Como resultado do processo não nos aparecem mercadorias isoladas, mas sim uma massa de mercadorias na qual se produziu o valor do capital adiantado mais mais-valia — o sobretabalho usurpado — e cada uma das quais é depositária do valor do capital e da mais-valia por ele produzida.» (*) É necessário considerarmos quer a concorrência dentro de cada sector, quer a concorrência entre sectores, quer ainda a concorrência entre economias nacionais. Teremos que considerar as influências recíprocas entre os diversos preços que simbolicamente podemos designar pela matriz de preços [p].

Numa análise genérica da estrutura de preços há que considerar três aspectos fundamentais:

a) O tipo de leis que regulam a troca da mercadoria por dinheiro, ou de uma forma genérica as leis que regulam a cadeia M-D-M; o que significa e como se exprime hoje a imposição monetária, isto é, a obrigatoriedade das mercadorias se trocarem por dinheiro como condição indispensável para serem mercadorias, na medida em que tal passagem representa a validação social da produção, o movimento de passagem do trabalho concreto para o trabalho abstracto.

O facto de todas as mercadorias se trocarem por dinheiro e a inflação ser um aumento geral de preços tem levado muitos autores a incidirem as causas da inflação no estrito campo da imposição monetária e da natureza actual da

(*) Capítulo Inédito de *O Capital*, ed. Escorpião, p. 128.

moeda. Parece ser uma via profícua desde que não passemos da natureza actual da moeda para a «quantidade de moeda», com desprezo dos aspectos qualitativos, e não clarificando qual o significado das funções da moeda, inerentes a toda a produção mercantil, no capitalismo actual. Contudo parece ser uma via insuficiente porque, pelo menos, não explica as diferentes intensidades de variação de preços e corre o risco de autonomizar a «variável monetária», o que leva sempre a aceitação de algumas premissas quantitativas.

b) Os mecanismos de formação dos preços de produção quer na sua formulação geral e abstracta quer na sua expressão actual.

A complexidade de uma tal análise é grande e exige um aprofundado estudo impossível de se fazer aqui quer pelo grau de preparação do autor quer pelo conteúdo do artigo, mas não se poderá deixar de expor algumas teses e vias de investigação, tanto mais importantes quanto algumas das explicações burguesas mais reacçãoárias da inflação se baseiam falsamente em aspectos da formação dos preços de produção — custos de produção —, embora de uma forma profundamente demagógica e subestimando algumas das próprias aquisições positivas da teoria económica burguesa^(*).

c) Passagem dos preços de produção para os preços no mercado, isto é, como é que se manifesta o «salto no desconhecido», a passagem da produção da mercadoria (ou da eventual mercadoria) para a sua realização. E não são poucos os aspectos que exigem a nossa atenção:

— Há a interferência de múltiplos factores que podem, utilizando uma terminologia demasiado genérica mas elucidativa, levar a um desajustamento entre o valor de troca de um grupo de mercadorias e os seus preços (condições de mercado, intervenção do Estado, conjuntura internacional, etc.). Constituindo os preços uma estrutura, esse fenómeno repercutir-se-á em todos os preços.

— Há um desfasamento temporal entre o momento da produção e o momento da realização (mais precisamente os momentos das sucessivas realizações) em que se processam

(*) Como referíamos a este propósito em artigo na *Seara Nova*: «Mas não podemos deixar de referir que a visão mecanicista de “aumento de salários” — “aumento de preços” — ... — “inflação” nem nessas teorias burguesas encontra uma justificação séria. Se um tal ciclo, para essas teorias neoclássicas, seria justificável para um período curto em que não é possível alterar a chamada combinação dos factores produtivos, já não o seria para o período longo em que o empréstimo pode alterar o “capital fixo”. A inflação, sendo um fenómeno que se prolonga evolutivamente ao longo de vários anos, não pode ser justificada em análises que têm validade apenas para pequenos períodos.»

alterações na estrutura económica global, nomeadamente no crédito, na validação social das mercadorias e no sistema monetário, susceptível de criar desajustamentos entre o que se pode designar por preços de produção iniciais e os preços do mercado que acabam por vigorar que não sejam elimináveis por um movimento destes de ajustamento àqueles, mas que englobe igualmente um movimento em sentido inverso.

— Há um processo de não aceitação social de determinados bens que por isso nunca chegam a ser mercadorias, mas a passagem do trabalho concreto a trabalho abstracto faz-se ao nível da massa global de mercadorias.

É evidente que a abordagem aprofundada destes aspectos levanta um mundo de questões cuja problemática procuraremos apenas lançar, quer por limitações de capacidade quer de espaço.

3.

Teoria do valor- trabalho: base explicativa

Sem dúvida que a análise das questões da moeda e dos preços referidas no ponto anterior só podem assentar proficuamente na teoria do valor-trabalho, dispensando-nos de explicar as muitas razões teóricas e de luta de classes de uma tal opção.

É certo que muitas das questões referidas não estão ainda suficientemente estudadas, aprofundadas, dissecadas com base na teoria do valor-trabalho, mas isso só pode ser razão para desenvolver o marxismo-leninismo nesse campo. Poderemos mesmo dizer que alguns dos temas referidos têm sido o campo privilegiado de abordagem pela teoria do valor-utilidade, mas os becos sem saída e as contradições em que caiu são a demonstração cabal que também esses campos não são o seu reduto de análise.

Não queremos, contudo, deixar de alertar para a impossibilidade de feitura de um estudo em termos de preços relativos, isto é, de razões entre preços de diferentes bens, quer se defenda a tese que a inflação não altera os preços relativos (incongruente com a realidade se tomarmos em conta que o salário é o preço da mercadoria força de trabalho), o que chocaria com uma das características da inflação, quer se defenda a tese contrária. Com efeito, um tal método de abordagem partiria de uma separação entre mercadoria e moeda, entre «economia real» e «economia monetária», que retira o próprio significado ao conceito de mercadoria (e, consequentemente, ao de moeda). Uma tal metodologia de abordagem, mesmo que pretensamente justificada por facilidade de análise estatística, está em completo divórcio com a teoria do valor-trabalho⁽¹⁰⁾.

(10) Sobre o assunto ver *A Moeda Tem Direito de Cidadania*, Praxis 2.

4.

O actual sistema monetário internacional: factor permissivo

Estudar o tipo de leis que regulam a troca de mercadorias por dinheiro exige, previamente, uma rápida caracterização geral da moeda, sua evolução.

A complexidade de formas e mecanismos do actual sistema monetário internacional, as evoluções zigzagueantes que tem sofrido, sobretudo desde 1968, as catadupas de propaganda sobre a reforma do sistema, a consideração preferencial das evidências e muitos outros aspectos aconselham uma visão das leis gerais do sistema mercantil e dos mecanismos históricos que conduziram a esta situação. Será uma forma de destrinçarmos o essencial.

4.1. Moeda e teoria do valor

Surgida numa fase avançada do desenvolvimento da humanidade, quando a produção de mercadorias (de bens resultantes do trabalho humano e dirigidas a outrem, que historicamente tende para a identificação com a sociedade) se generaliza, a troca das mercadorias por moeda é a condição indispensável para que aquelas o sejam efectivamente. Moeda e mercadoria têm a mesma origem porque a primeira forma de moeda também é uma mercadoria (moeda-mercadoria), mas a utilização generalizada desta nas trocas, com um estreitamento no leque inicial de moedas-mercadorias seleccionadas e utilizadas espontaneamente através da aceitação social, leva a que a moeda se coloque cada vez mais no pólo oposto às restantes mercadorias, que perca o seu valor de uso específico para possuir o valor de uso de servir para se trocar com qualquer mercadoria existente num determinado quadro geográfico-social, quadro que assume dimensão universal com a generalização das relações mercantis e a circulação do ouro como moeda.

Por outras palavras, a aceitação generalizada do valor da moeda-mercadoria e a cristalização do valor de uso de servir de equivalente é o resultado da divisão social do trabalho e da existência de produtores independentes. «A moeda existe porque existe a produção de mercadorias, a produção de bens que são não-valores de uso para os seus produtores e cuja razão de existência é a alienação a outrem na base do seu valor⁽¹⁾. A moeda ao representar de forma universal o valor das mercadorias valida socialmente a produção que foi feita.

Assim, mais importante que a forma material que possa assumir, embora constitua um suporte que também tem a sua história, o que caracteriza a moeda é o facto de ser uma *relação social*, assente na divisão social do trabalho

(1) Ver observação anterior.

e na inevitável interconexão dos produtores independentes em relações sociais encobertas sob a capa da troca de mercadorias. A moeda é uma relação social de produção situada na esfera da circulação que se diferencia das restantes por preencher um conjunto de funções. A primeira que ressalta imediatamente do afirmado é a de *medida do valor* das mercadorias, o que exige à partida que a própria moeda tenha valor, ou esteja de alguma forma relacionado com ele por formas diferenciadas do próprio valor das mercadorias com que se troca. Ao ter valor tem necessariamente que o ter de uma forma mutável, de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas e das condições específicas de produção da moeda-mercadoria, pelo que a «estabilidade» das trocas exige a fixidez do instrumento de medida — através de uma equivalência em termos de quantidade física da moeda-mercadoria — conducente à função acessória (embora seja a que surge com mais realce aparente) de *padrão de preços*. É certo que esta fixidez é sempre relativa porque entra em relações de concordância ou contradição com a evolução do valor, o que leva, nos sistemas monetários em que a criação e destruição de moeda cunhada não é livre e automática, a um desfasamento entre o que se pode designar por «preço monetário» — correspondência oficial de uma quantidade física de moeda-mercadoria e do seu símbolo no sistema monetário — e o «preço mercantil» — correspondência entre aqueles que se estabelecem no mercado ⁽¹²⁾.

Na medida em que a moeda se troca pelas mercadorias e é condição da circulação daquelas preenche também a função de *meio de circulação*, segundo uma cadeia M-D-M em que a segunda mercadoria tem um valor de uso diferente do da primeira. A possibilidade de um desfasamento temporal entre a circulação da mercadoria e o momento da intervenção da moeda leva ao aparecimento de uma função acessória (embora, também aqui, seja a que apareça com mais destaque) que é a de *meio de pagamento*. Note-se que estas funções são caracterizadas nas relações da moeda com as mercadorias que surgem como elemento prévio e dinamizador da moeda. Uma circulação da moeda independente, num dado momento, da circulação das mercadorias (produtos do trabalho humano e com utilidade social), não tem que ver com a função de meio de circulação.

Se a imposição monetária se manifesta segundo a lei do valor, segundo a troca de equivalentes, em cada transacção só pode intervir uma quantidade de moeda que corresponda por si mesma à quantidade de trabalho social-

(12) Estes termos são bastante elucidativos e úteis para as análises posteriores, mas têm o defeito de basear-se na ideia de que a moeda-mercadoria tem preço, quando tal seria um absurdo.

mente necessária contida na mercadoria. A uma dada distribuição social da riqueza monetária — símbolo de riqueza por excelência — e da circulação das mercadorias e às suas permanentes mutações, reflectindo um tipo de dinâmica de produção e circulação mercantil, tem que corresponder a possibilidade de uma certa quantidade de moeda estar retirada da circulação das mercadorias, retirada temporária, com permanente capacidade de voltar a preencher a função de meio de circulação. A esse *entesouramento* corresponde uma interrupção na função de meio de circulação (podendo não implicar uma interrupção na aplicação da sua função de medida do valor que apenas exige uma moeda ideal), mas é ela que garante a continuidade do preenchimento das restantes funções. Se, por exemplo, existisse numa determinada sociedade uma quantidade de moeda correspondente a X horas de trabalho socialmente necessário para a sua reprodução e mercadorias com uma quantidade de valor de X-Y horas, abstraindo da distribuição de cada um dos pólos da relação, a inexistência da função de entesouramento (que se manifestaria quantitativamente para Y horas de trabalho) levaria à hipótese absurda de as mercadorias se trocarem por uma quantidade de moeda com uma quantidade de valor superior a elas próprias. Seria a negação da lei do valor, histórica e logicamente comprovada. Mas se é certo que a função de entesouramento surge como um suporte das outras funções na medida em que também resulta delas, também é verdade que surge como um elemento perturbador, reforçando as contradições entre as actuações individuais e o movimento global da sociedade. A função de entesouramento é a demonstração cabal do carácter social da moeda.

O seu cariz perturbador, que se manifestava essencialmente na desarticulação entre a circulação das mercadorias e a «circulação» da moeda, é reforçado em capitalismo, como veremos, pelo facto de a moeda na função de entesouramento ser a base do *crédito*.

É a função de entesouramento que permite uma adequação da quantidade de moeda à quantidade de valor das mercadorias e que, por isso mesmo, no caso de um sistema monetário de símbolos de valor com relação directa com o ouro (ou outra moeda-mercadoria) adequa, através de determinados mecanismos gerais e específicos, a quantidade de símbolos.

Mas será, agora, legítimo perguntar: adequar-se-ão essas características da moeda ao sistema monetário actual? Será que as funções que foram referidas continuam a ter aplicabilidade hoje?

Apesar da resposta cabal só poder ser feita na medida em que se analisar as características do sistema monetário nacional e internacional actual, o que não será feito neste

artigo de forma completa, existem alguns aspectos a realçar:

1) O capitalismo nas actuais fases de desenvolvimento continua a ser uma fase histórica específica da produção mercantil, a que corresponde uma muito grande divisão social do trabalho e um reforço da independência dos produtores, inevitavelmente acompanhado por igual movimento da sua dependência dos restantes produtores (daí o reforço do carácter social das mercadorias). Portanto, continuam a existir as condições sociais que exigem a existência da moeda. Se é certo que o actual instrumento de suporte da relação social de troca é muito diferente do que existiu nos primórdios da sua história e também muito diferente da que existia até 1914 (padrão ouro integral); se é certo que a forma de hoje ser *equivalente geral* é diferente (com o desaparecimento do ouro como moeda universal o carácter de equivalente geral é garantido pela capacidade de cada moeda ser convertível em toda e qualquer outra moeda), não é menos certo continuar a existir uma moeda que se mantém inalterável no que é essencial: uma relação social de produção que se manifesta na esfera da troca. Por outras palavras, continuam com validade as leis fundamentais da imposição monetária, mesmo que a sua actual forma seja diferente.

2) Se é certo que a partir de determinada fase histórica a moeda de papel deixou de ser convertível em ouro, mais precisamente, deixou de haver a possibilidade legal de cada seu possuidor a trocar por ouro, não é menos verdade que continua a ser possível saber qual a quantidade de ouro que uma determinada quantidade de moeda de papel é capaz de adquirir. A *convertibilidade* legal foi substituída pela convertibilidade teórica, substituição essa que implica pelo menos a impossibilidade prática de uma conversão total da moeda de papel em ouro. A passagem de um tipo ao outro de convertibilidade é o primeiro passo de uma evolução do grau de inconvertibilidade prática limitada: da possibilidade dos bancos centrais converterem dólares em ouro (desde os acordos de Bretton Woods em 1944 até 1968-1971: período da inflação a um número) à impossibilidade dessa convertibilidade e funcionamento do mercado livre do ouro (a que há simultaneidade com a inflação a dois números).

Esta convertibilidade teórica e a forma actual de manifestação do equivalente geral garante que a moeda continua a preencher as funções de medida do valor e padrão de preços, mas abre a possibilidade de uma crescente contradição entre o «preço monetário» e o «preço mercantil» do ouro.

3) Parece desnecessário salientar que a função de meio de circulação continua a ser preenchida, mas a função de meio de pagamento assume uma importância cada vez maior, particularmente interligada com a função de *meio*

de financiamento, resultante da base monetária do crédito.

4) Uma análise da realidade mostra que ainda hoje se continua a retirar moeda da circulação das mercadorias e que essa retirada assume mesmo novas proporções porque já não está só dependente da circulação das mercadorias mas também dos mecanismos de crédito. É evidente que ainda hoje a retirada de moeda da circulação das mercadorias funciona como reserva de meios de pagamento para o futuro, mas também é verdade que a par do movimento regularizador que assume existem novas possibilidades de o entesouramento/desentesouramento funcionar como elemento perturbador. Em primeiro lugar, a subida do «preço mercantil» do ouro em relação ao «preço monetário» pode dar lugar em certas conjunturas e no quadro nacional a mecanismos de desentesouramento, em situações em que os mecanismos tradicionais conduziriam a um entesouramento (veja-se a fuga a certas moedas, típica de determinadas fases de desvalorização de moedas nacionais), o que pode provocar um processo cumulativo. Uma parte desse desentesouramento procura canalizar-se para a moeda-mercadoria («para aquilo que não perde o valor»), o que representa uma nova forma de entesouramento, mas as limitações à convertibilidade prática modificam essas possibilidades.

Por outro lado, aparece um fenómeno particular ligado ao crédito: a criação de moeda, que para servir de base ao crédito está na função de entesouramento, é feita para preencher a função de meio de pagamento.

A função de entesouramento continua a ser preenchida num sistema monetário de papel-moeda, mas de uma forma limitada e com novo tipo de contradições, o que cria a possibilidade de um crescente desfasamento entre o «preço monetário» e o «preço mercantil» do ouro.

4.2. Sistema monetário e sistema de crédito

Assim como o sistema monetário é inerente à produção mercantil, também o sistema de crédito o é ao capitalismo⁽¹³⁾ (entendendo por aquele o conjunto de relações sociais determinadamente estabelecidas entre tipos diferentes de capitalistas na base dum movimento temporário circular do capital-dinheiro e que dá lugar a uma partilha da mais-valia segundo uma taxa de juro).

A existência de um movimento autónomo do capital-dinheiro exige, como se disse, a prévia existência de moeda que se encontra liberta da circulação das mercadorias, isto é, de moeda que se encontra a preencher a função de ente-

⁽¹³⁾ O que não significa que já não houvesse relações de crédito (e de usura) anteriores ao capitalismo.

souramento. Por isso pode-se dizer que o sistema de crédito tem uma base monetária, e por muita autonomia que possa adquirir o movimento do capital-dinheiro está sempre condicionado pelo sistema monetário: tem que sujeitar-se, mesmo que só periodicamente, ao funcionamento da lei do valor.

Mas, por outro lado, no actual sistema monetário a emissão processa-se com base num crédito que é concedido (crédito entre capitalistas que dá lugar a uma quase-moeda impulsionadora da emissão de moeda, crédito aos bancos, crédito dos bancos ao Banco Central e reciprocamente, crédito do Banco Central ao Estado, etc.), isto é, o actual sistema monetário baseia-se na circulação da moeda-crédito. E «na circulação geral esta moeda de crédito deve poder estar articulada com a moeda da circulação mercantil, e portanto ser valorizada como símbolo de valor»⁽¹⁴⁾. A circulação do capital-dinheiro D-D' (cuja expressão global é D-M ... M'-D' ou D-M-D') tem que se articular com M-D-M.

Há, pois, que ter presente a «inter-relação estreita entre a moeda (sistema monetário) e o crédito (sistema de crédito), que reflecte simultaneamente a base monetária do crédito e a forma de moeda-crédito da actual moeda»⁽¹⁵⁾. E essa conexão vai desembocar na relevância decisiva da *articulação entre a função de financiamento da moeda e a sua função de meio de pagamento*. A capacidade do sistema de crédito criar moeda, que no seu próprio acto de criação se encontra entesourada, mas que pode aí continuar — como é típico nas especulações financeiras — ou orientar-se para a circulação — como é típico do crédito à comercialização — e ter influência decisiva na circulação monetária é apenas a primeira parte de um processo que tem de ter continuidade no pagamento posterior do crédito (protelado ou não por novos créditos, atenuado ou não pelos mecanismos de compensação). Contudo o sistema bancário e a estrutura empresarial existentes podem levar a que esta segunda fase tenha expressão adequada num determinado nível de desarticulação entre as imposições de pagamento de uns e a concessão de novos créditos a outros. «O minuto da verdade» do capital situa-se no momento da liquidação, do pagamento do capital real. Todos os efeitos da desvalorização, também acentuados pelo desmantelamento eventual do aparelho de produção, far-se-ão sentir. Mas este caso é teórico na fase dos monopólios e das empresas gigantes com multiprodutos e multiprocessos, pois nesse caso não se trata de falências, mas de «fusões» e «reconversões»⁽¹⁶⁾!

⁽¹⁴⁾ *Política Monetária*, ob. cit., p. 59.

⁽¹⁵⁾ *Ec.* 10, p. 19.

⁽¹⁶⁾ J. P. Delilez, *Les Monopoles*, Ed. Sociales, p. 100. A frase é demasiado absolutista e generalizante mas reflecte uma realidade.

O carácter generalizado da moeda-crédito coloca o centro nevrálgico de análise da evolução do sistema monetário nas relações económico-sociais dos capitalistas, embora aparentemente essa relevância se encubra no comportamento da banca e na acção do Banco Central como gestor monetário, respondendo às solicitações de grupos de capitalistas e às imposições das conjunturas global e monetária da economia. Ao colocá-lo nos capitalistas coloca-nos mais precisamente nos grupos de capitalistas mais relevantes (embora as lutas interimperialistas nunca cheguem a pôr em causa a manutenção do sistema) quer no plano nacional quer internacional, já que a articulação dos sistemas monetário e de crédito se processa à escala internacional (onde também o determinante é a moeda-crédito).

Todos os fenómenos atrás referidos, característicos do actual sistema monetário, abrem as possibilidades de crescentes desajustamentos entre os «preços monetário e mercantil» do ouro, ou, por outras palavras, a defasamentos crescentes entre o sistema monetário e a sua base-valor a que continua indirectamente subordinado. Mas, evidentemente, essa possibilidade só se transforma numa realidade se houver um conjunto de relações capaz de impulsionar esses mecanismos.

4.3. *Algumas perturbações no funcionamento da lei do valor nos sistemas monetário e de crédito*

Como resulta do atrás afirmado, o carácter indirecto da relação entre as moedas e o ouro, portanto entre o sistema monetário e a lei do valor, cria novas possibilidades de perturbação «monetária». Já não estamos na fase da circulação de símbolos de valor, mas de uma articulação hierarquizada entre moeda bancária, moeda nacional e entre as moedas dos diversos países que em bloco se confrontam com o ouro, mercadoria universal por excelência, que ao ser cotejada com cada moeda nacional reflecte a relação que toda e qualquer moeda pode com ela estabelecer. O carácter indirecto da relação entre as moedas nacionais e o ouro, garantida enquanto há reprodução do equivalente geral expresso na convertibilidade de cada moeda nacional em toda e qualquer outra moeda, torna-se ainda mais quanto às moedas bancárias e ao que alguns chamam a moeda comercial (quase-moeda).

O facto de a relação com o ouro ser indirecta «evita» o confronto permanente entre o desenvolvimento do sistema de crédito e os mecanismos da imposição monetária. As crises monetárias continuam a manifestar-se como parte integrante, embora com alguma autonomia temporal da crise, mas reforçam-se as possibilidades de permanente-

mente se impedir a completa ultrapassagem da contradição entre as funções de meio de financiamento e meio de pagamento.

Esses impedimentos parecem intimamente ligados a dois aspectos:

a) Existe uma *pseudovalidação social das mercadorias* que de forma crescente substitui o reconhecimento do carácter social dos trabalhos individuais, expresso na transformação da quantidade do valor da mercadoria na sua expressão universal, a moeda. Essa pseudovalidação faz-se pela emissão de crédito para a realização das mercadorias: trata-se de uma validação social das mercadorias porque estas são realizadas e o vendedor tem a possibilidade de converter a quase-moeda, por sua vez convertível sucessivamente em moeda bancária e em moeda nacional garantida pelo Banco Central/Estado; mas simultaneamente trata-se de uma pseudovalidação porque só assume um carácter de validação social efectiva e definitiva se futuramente houver a capacidade de pagamento do crédito.

A estrutura capitalista actual e a capacidade de imposição permanente de pseudovalidações sociais das mercadorias, mesmo nos períodos de liquidação dos empolamentos de crédito sem correspondência directa numa circulação mercantil, abre a ameaça permanente de um enfraquecimento da lei do valor. É a própria natureza das relações sociais de produção que, dentro dos parâmetros do sistema, se altera.

b) Desde os acordos de Bretton Woods em 1944, e sobretudo até ao início da actual década, mas não só, o dólar apareceu quase como a moeda universal. Mesmo depois da sua falência parcial a moeda dos Estados Unidos da América continuou a verificar o essencial da mutação que aqueles acordos consumaram: são moedas nacionais que servem como moedas internacionais. Ora, esta situação constitui permanentemente um entrave à verificação da lei do valor para as moedas nacionais, e, consequentemente, para todas as moedas, a começar pela que serve de moeda universal. Quando existe «forte dominação económica do país de moeda dominante, há um mercado nacional de divisas nacionais de *sanção fictícia* e a reprodução do equivalente geral não se verifica. O símbolo de valor moeda dominante já não reproduz o equivalente geral, mas é o produto do estado das relações de força entre moedas capitalistas e moeda dominante»⁽¹⁷⁾. Mesmo quando não existe uma forte dominação económica continua a existir um certo grau de dominação que é a própria base de uma hegemonia monetária.

(17) *Política Monetária*, p. 64.

4.4. Falsidade da teoria quantitativa da moeda

Do que se afirmou anteriormente há que realçar o seguinte aspecto fundamental: no actual sistema monetário articulado ao sistema de crédito existe um conjunto de relações sociais conducentes a um eventual enfraquecimento do funcionamento da lei do valor em relação aos referidos sistemas, mas essa possibilidade só se torna uma realidade verificadas determinadas situações inerentes ao próprio desenvolvimento e funcionamento actual do sistema capitalista. *O enfraquecimento da lei do valor não significa a sua anulação, mas a sua manifestação de uma forma mais profundamente contraditória, pois é uma manifestação do agravamento da contradição entre o carácter social da produção (validação estatal do sistema monetário) e o carácter privado da sua apropriação (dinâmica da moeda-crédito e gestão capitalista do sistema monetário).*

Desta forma, o sistema monetário e o sistema de crédito encontram-se no cerne de uma possibilidade de aumento de preços.

Diferentemente se manifestam os quantitativistas, corrente que considera a moeda como uma categoria económica autónoma apenas expressável significativamente em termos de massa monetária e que admite a possibilidade de variações exógenas desta conducentes a um novo equilíbrio macroeconómico a preços mais elevados. Se é certo que algumas situações esporádicas parecem confirmar as suas teses, a verdade é que não se pode retirar de uma situação de simultaneidade — aliás ninguém nega uma certa relação estatística entre quantidade de moeda e nível geral de preços — uma relação de causalidade. Assentando num desprezo pelos aspectos qualitativos da moeda, isto é, pelas leis objectivas de funcionamento da imposição monetária e das funções da moeda, admitindo um certo grau de autonomia ao sistema monetário fundamentada numa dicotomia pressuposta entre «real» e «monetário» e numa capacidade reguladora do Estado como entidade acima das classes, põe de lado a moeda-crédito, não a considera, apesar de ser quase integralmente o único tipo de moeda existente actualmente. A esse desprezo pela moeda-crédito corresponde uma caracterização superpoderosa da moeda nacional, não considerada como moeda-crédito que é. Quando parte do crédito para a moeda esquece a base monetária do crédito.

Essa teoria parece ter uma aceitabilidade fácil quando se relaciona nível geral de preços e quantidade de moeda global, mas começa a desmoronar-se quando se trata de explicar as razões de uma variação de preços a intensidades diferentes e as razões de variação desigual das quantidades dos diversos tipos de moeda. «O que é típico na alta infla-

cionista dos preços é que estes já não são a expressão conveniente dos valores: algumas mercadorias vendem-se a baixo do seu valor e outras vendem-se acima.»⁽¹⁸⁾

Mas a sua aceitação não se radica apenas numa contenção da análise ao nível do empírico, tanto mais que a história económica tem por diversas vezes demonstrado a sua falsidade. A sua aceitação resulta das consequências ideológicas e políticas que acarreta: a admissão de um aumento ou diminuição da quantidade de moeda sem tocar nas relações de produção capitalistas, a consideração da inflação como fenómeno adicional do capitalismo que pode ser expurgado por uma actuação inteligente do Estado ao serviço do bem comum.

Fazendo da quantidade de moeda a causa da inflação, encobre as relações sociais que tornam possível a inflação e as verdadeiras causas.

5.

Luta de classes: primeiro fenómeno impulsionador

Determinado o elemento permissivo encontramos-nos perante a tarefa de determinar os fenómenos económico-sociais inerentes ao capitalismo que efectivam a possibilidade. Lançaremos algumas meras pistas de investigação, e a primeira é o aspecto social fundamental do capitalismo: a luta de classes.

5.1. Alguns modelos gerais de análise

Como se salientou, após a clarificação das leis da imposição monetária torna-se necessário estudar os mecanismos de formação dos preços de produção. É o primeiro passo nesse campo que tentaremos fazer neste capítulo, tanto mais importante quanto os mecanismos aparentes de formação dos preços de produção encobrem as leis fundamentais de funcionamento do capitalismo e têm sido a base de apresentação de algumas das teses mais reaccionárias.

Como é sabido, a formação do preço de produção para um sector pode ser apresentada por $\text{Custos de Produção} + \text{Lucro} = \text{Preço de Produção do Sector A}$, em que nos custos de produção se englobam as quantidades de valor transferidas para o valor da mercadoria produzida, por lucro designa-se o lucro normal, sempre sujeito a um movimento de igualização ao lucro médio geral devido à concorrência intersectorial. E é com base nesta fórmula que muitas vezes é feito o seguinte raciocínio: se aumentarem os custos de produção e admitindo que os lucros não podem diminuir, na medida em que são os normais, isto é, os indispensáveis à própria iniciativa privada, os preços dos

⁽¹⁸⁾ *L'Inflation*, n.º 4, 1974, da Chronique Social de France, p. 52.

bens do sector A aumentam e, acontecendo o mesmo no sector D, E, ... N, temos um aumento geral de preços. E logo em seguida acrescenta-se que os aumentos de salários é o que é mais pesado no aumento dos custos (e às vezes o petróleo). O raciocínio parece claro, infalível e politicamente é precioso. Contudo comete alguns erros importantes: é impossível ver a formação de um preço de produção desinserido da estrutura porque tal é o caminho para encobrir o funcionamento da lei do valor em capitalismo; há que decompor os custos de produção em duas componentes radicalmente diferentes — capital constante e capital variável —, única forma de manter bem claro que é o trabalho que cria todo o valor, e não o capital visto instrumentalizadamente; o próprio conceito de lucro normal encobre o seu carácter de partilha da mais-valia.

É, pois, preferível ter presente que

$$PP_i = (CC_i + CV_i)_{tr} + (M/CC + CV)(CC_i + CV_i)_{av} \text{ para todo } i \\ \Sigma PP_i = \Sigma V_i$$

em que a primeira expressão diz-nos que o preço de produção de um sector é igual ao valor dos capitais constante e variável transferido para o valor dos mercadorias produzidas mais o lucro médio proveniente da partilha da mais-valia, e que tende a remunerar de forma igual cada unidade de capital avançado pelos capitalistas; a segunda expressão diz-nos que para o conjunto das mercadorias o total dos preços de produção é igual ao total do valor criado medido em tempo de trabalho socialmente necessário.

Como é sabido, a concorrência entre sectores apresenta uma relevância ímpar nos mecanismos de formação dos preços de produção, e o aumento da composição orgânica aparece quer como um expediente de obtenção de lucros extra dentro de um sector quer como forma de beneficiar mais da transferência de mais-valia entre sectores. Não tem significado a referência à mais-valia sectorial porque existe permanentemente uma negação recíproca da mais-valia criada num sector e a mais-valia apropriada por um sector.

Por estas razões parece salutar apresentar a primeira expressão sob outra forma

$$\frac{k_i + 1}{k + 1} \times \frac{CV_i}{CV} \times T = PP_i \text{ em que } k \text{ é a composição orgânica}$$

(CC/CV) média (global), k_i a composição orgânica no sector i , CV e CV_i respectivamente o capital variável global e

do sector i e T a massa total de valor criado e avançado na sociedade ⁽¹⁹⁾.

Vejam os alguns exercícios com esta expressão. Começamos por admitir que há um aumento geral de salários (Novos salários = w . Antigos salários) com uma correspondente diminuição da composição orgânica do capital e da taxa de mais-valia. Atendendo a que $(Pp_i \text{ novos}/Pp_i \text{ antigos})$ pode ser expresso pela relação

$$Z = \frac{(yk_i + 1)(k + 1)}{(yk + 1)(k_i + 1)} \text{ em que } y = 1/w$$

chegamos a uma conclusão fundamental: As consequências de um aumento de salários de $x\%$ são: «1) Para um capital de composição social média o preço de produção da mercadoria manteve-se constante; 2) Para um capital de composição inferior, o preço de produção da mercadoria subiu, embora o seu aumento não se tivesse feito na mesma proporção que a diminuição do lucro; 3) Para um capital de composição superior o preço de produção da mercadoria baixou, embora também aqui esta baixa não se tivesse feito na mesma proporção que a do lucro.» ⁽²⁰⁾

Evidentemente que se poderão considerar outras hipóteses, mas o significado geral não é notoriamente alterado. Assim, por exemplo, se das hipóteses simplificadoras anteriores retirarmos a da diminuição da taxa de mais-valia e admitirmos que esta se mantém teremos $Z' = jZ$ com $j = \frac{CC + w(CV + M)}{T}$ e o preço de produção de cada mercadoria individual depender, para além da composição

⁽¹⁹⁾ Essa expressão parte da hipótese simplificadora de que para o sector o capital avançado coincide com o valor transferido. Se eliminássemos essa hipótese chegaríamos a uma expressão formalmente idêntica:

$$Pp_i = \frac{k_i + 1}{k \times 1} \times \frac{CV_i}{CV} \times R$$

$$\text{em que } R = hCC + hCV + M \text{ com } h = \frac{tk_i + d}{k_i + 1}$$

$$\text{e } t = \frac{aCCF_i + bCCC_i}{CCF_i + CCC_i}$$

CCF = Capital Constante Fixo.

CCC = Capital Constante Circulante.

em que a, b, d são coeficientes de igualização do capital avançado ao capital transferido.

⁽²⁰⁾ K. Marx, *Le Capital*, Ed. Sociales, vol. VI, p. 215.

Para se verificar isto matematicamente basta derivar Z em ordem a y .

orgânica do capital do sector e global, do aumento da quantidade de bens produzidos (se aumentaram simultaneamente CV e M é porque aumentou o tempo de trabalho socialmente necessário utilizado na produção de mercadorias).

É certo que são admissíveis outras hipóteses que conduzem a resultados um tanto diferentes. Assim, por exemplo, se se admitir a manutenção da composição orgânica do capital chega-se a expressões do tipo $Z = g$ em que $g = (\text{Total dos antigos } Pp)/(\text{Total dos novos } Pp)$, aumentando o valor de g quando se admite igualmente a manutenção da taxa de mais-valia ⁽²¹⁾.

5.2. *Falsidade da teoria da espiral inflacionista salários-preços*

Estes modelos muito simples dos mecanismos de formação dos preços de produção mostram muito claramente a falsidade da teoria da espiral inflacionista. Com efeito existem muitas situações em que a um aumento geral de salários não corresponde um aumento geral de preços, mas sim um ajustamento contraditório nos diversos sectores. Em todos os casos o que está na base de uma variação determinada dos preços de produção não é só a variação de salários mas um conjunto de factores que engloba também a manutenção ou não das taxas de lucro, a tentativa ou não dos capitalistas de alteração da produtividade através da alteração da composição orgânica do capital.

Quer isto dizer que as variações nos preços de produção nem sempre são gerais e, por isso, de tipo inflacionista, e nos casos em que eventualmente o são resultam da luta de classes, fenómeno objectivo do capitalismo, e não de um aumento de salários. Poderíamos mesmo dizer, se quiséssemos proceder simplistamente a uma partilha das responsabilidades entre os intervenientes fundamentais nessa luta de classes, que a responsabilidade fundamental cabe à classe capitalista porque enquanto os trabalhadores só têm uma possibilidade de resposta a um aumento de preços — através do aumento de salários nominais — aquela tem diversas hipóteses na resposta a um aumento de salários: aumento de preços, diminuição dos lucros, variação da composição orgânica do capital, principalmente através do aumento do capital constante fixo. Essa responsabilidade é tanto maior se atendermos a que nos países capitalistas milhões de trabalhadores partilham quando muito 65 % do Rendimento Nacional enquanto milhares partilham, na pior das hipóteses para eles, 35 %.

⁽²¹⁾ Mantém-se a hipótese base geral de que capital avançado é igual a capital transferido no período.

A tese da espiral inflacionista é uma forma capciosa, deformada, mistificadora, reaccionária de apresentar os efeitos da luta de classes na formação dos preços. É o ponto de vista dos capitalistas, que partem da premissa da imortalidade do capitalismo, da inevitabilidade da sua existência como classe, considerando quem lute contra tal *statu quo* como um usurpador do direito natural, da ordem estabelecida, que é preciso permanentemente restabelecer. É o ponto de vista da classe que tem como objectivo fundamental a maximização do lucro e que portanto não admite qualquer possibilidade da sua redução. Mas, além disso, é a posição de quem não admitindo uma redução dos lucros se defronta com uma incapacidade crescente de obter uma rentabilidade aceitável dos novos investimentos em capital fixo, por outras palavras, é a formulação ideológica de uma classe decadente historicamente, produto da crise geral do capitalismo.

Sem dúvida que existem muitos outros caminhos para demonstrar a falsidade desta tese⁽²²⁾. A experiência do fascismo e os anos de 1976-1977 da realidade portuguesa são excelentes laboratórios para essa demonstração: o nível geral de preços aumenta quando diminui a importância relativa dos salários no rendimento nacional. Mas o que aqui pretendíamos reter é a intervenção da luta de classes (fenómeno academicamente considerado extra-económico) no mecanismo de formação dos preços, o vislumbrar da caracterização parcial da inflação como uma forma de luta na partilha do rendimento nacional.

A importância desse fenómeno é hoje bastante reconhecida, mesmo em círculos capitalistas, embora apresentada sempre de forma mistificada. É nela que se fundamentam muitas propostas de «pacto social» para combate à inflação, mas assim como da luta de classes só vêm a reivindicação dos trabalhadores também do pacto social só vêm a necessidade de contenção dos aumentos de salários e manutenção ou aumento dos lucros e procura de taxas de rentabilidade mais compatíveis com os seus objectivos de classe. O «pacto social» é uma forma de luta de classes assim como esta é inextricável do capitalismo.

5.3. *Luta de classes não é voluntarismo económico*

Se é patente que a luta de classes é um fenómeno capaz de influenciar a estrutura de preços também é necessário

(22) Foi nesse sentido, partindo de premissas bastante simplificadas, que se orientou o artigo «Salários e Preços», *Seara Nova*, Julho de 1977.

ter presente quais são os limites de variação da influência. Não se pode deduzir do anteriormente dito que os capitalistas podem aumentar à vontade e como quiserem os preços, assim como não se pode concluir do aumento de salários nas proporções que os trabalhadores quiserem. Assim como nas reivindicações salariais existem limites impostos pela evolução da estrutura geral de preços, pela capacidade económica dos sectores e da economia e pela própria correlação de forças na luta de classes, também os capitalistas nas suas decisões estão limitados pela concorrência que têm entre si, pela interdependência dos mercados, pelo funcionamento dos mecanismos de partilha interna da mais-valia e pelo facto fundamental de a repartição dos rendimentos no processo de troca ter sido criada e determinada no processo de produção, embora se admita a existência de um entesouramento/dentesouramento desarticulador temporal, fortemente condicionado pelos pequenos, médios e grandes ciclos do capitalismo.

Utilizando a terminologia matemática anterior, a luta de classes tem que se subordinar à grande igualdade: $\sum Pp_i = \sum V_i$. A lei do valor continua a ser a lei reguladora. É a base da lei económica fundamental do capitalismo: a lei da mais-valia. E esta lei não é meramente económica mas social: a fome de mais-valia provoca profundas contradições antagónicas entre o trabalho e o capital.

5.4. *Articulação com o factor permissivo*

Estes modelos da influência da luta de classes sobre a formação dos preços de produção têm a capacidade de explicar um aumento geral de preços que se manifesta de forma crónica, apresenta a possibilidade de explicar um crescimento desigual dos preços — em resultado das diferenças sectoriais no comportamento das classes sociais —, mas deixa por explicar porque é que um fenómeno permanente do capitalismo é causa de um fenómeno específico da segunda metade do século XX. Com efeito, atendendo apenas ao que foi dito, não se compreende porque é que a inflação não é um fenómeno que se verificou desde o primeiro dia do capitalismo. Sem dúvida que já no século XIX existiam aumentos de preços e que, como era inevitável, os capitalistas procuravam culpar os operários de tal fenómeno⁽²³⁾, mas tal não pode ser identificado, como vimos, com a inflação.

(23) Já K. Marx, em *O Capital*, combatia as teses dos que atribuíam os aumentos de preços aos aumentos de salários, mostrando o seu carácter acientífico. Veja-se na secção «Os rendimentos e as suas fontes» o capítulo «A ilusão da concorrência».

Também não se poderá justificar a temporização pela atribuição na fase mais recente de uma mais aguda luta de classes. Não só não há possibilidade de justificar a passagem de um fenómeno quantitativo — aumento da luta de classes, quantificado, por exemplo, em dias de greve — a um fenómeno qualitativo, como ser-se-ia tentado a considerar outras metas anteriores como influenciadoras do novo fenómeno — exemplo: conquista das 8 horas de trabalho.

A luta de classes só surge como uma causa da inflação porque:

1) Se articula com o «enfraquecimento da moeda» que aparece como elemento de possibilidade. A luta de classes aparece intimamente interligada ao crédito. O Estado surge cada vez mais como um elemento interveniente nessa luta «economicista» enquanto dá uma validação social à moeda-crédito. Luta de classes, crédito, sistema monetário hierarquizado cupulado pelo Estado crescentemente interveniente são os vértices de um triângulo entrelaçado a um outro composto pela luta de classes, rivalidades interimperialistas, convertibilidades monetárias recíprocas e relação indirecta com o ouro⁽²⁴⁾. Na composição orgânica do capital o capital fixo tem grande importância, os seus quantitativos aumentam e é uma mola fundamental de pressão sobre o sistema de crédito. O crédito aumenta a mobilidade do capital social. E, além de tudo isto, há um crescente financiamento para o capital variável.

2) Articula-se com as outras causas que se analisarão seguidamente, servindo mesmo de pano de fundo a algumas (exemplo: monopolização) que vêm dar uma nova expressão — que não invalida as questões gerais analisadas — à luta de classes.

6.

Monopolização crescente da economia: segundo fenómeno impulsionador

Certamente que nesta fase da análise ser-se-á tentado a considerar que o modelo atrás aplicado de formação dos preços de produção está desadaptado à situação presente, pois tratar-se-ia de um esquema assente na concorrência perfeita.

Não é que esta crítica vá colidir com os aspectos seguintes, mas parece importante desde já chamar a atenção para alguns perigos que uma tal observação pode acarretar. É certo que os mecanismos de formação dos preços de produção assentam numa concorrência intersectorial e intra-sectorial, mas estas concorrências têm as suas dinâmicas próprias, que no primeiro caso contempla mutações apenas realizáveis numa década ou mais anos, como aliás ressalta de algumas análises de Marx relacionadas com os ciclos.

(24) Esta articulação exige um maior aprofundamento.

A monopolização pode criar entraves, que de algum tipo sempre existiram, ao funcionamento do modelo, mas este continua a apresentar grande importância: 1) Mostra muito claramente os limites globais da repartição da mais-valia e os seus mecanismos fundamentais, mesmo quando há intervenção de monopólios (que pressupõem sempre a existência de pequenas e médias empresas): «O preço de monopólio de certas mercadorias transfere apenas uma parte do lucro realizado pelos outros produtores de mercadorias para as mercadorias com preços de monopólio. A repartição da mais-valia entre as diferentes esferas particulares sofre indirectamente uma perturbação localizada, mas o limite de mais-valia não sofreria modificação»⁽²⁵⁾; 2) É certo que os mecanismos de entrave à cristalização dos preços nos preços de produção aparecem hoje mais poderosos que anteriormente, criando-se e reforçando-se novos esquemas de desajustamento, mas isso não elimina o carácter tendencial do sistema de preços de produção: «os monopólios, que derivam da livre concorrência, não a eliminam, mas existem acima e ao lado dela»⁽²⁶⁾ e continua a existir uma concorrência entre monopólios.

Estas observações tendem, no essencial, a chamar a atenção para que uma crítica ao modelo anteriormente apresentado assente no seu desajustamento em relação ao capitalismo monopolista não deve traduzir-se na aceitação da possibilidade de os monopólios manobram os preços a seu bel-prazer. É certo que têm maior margem de actuação, mas também estão inseridos num processo de produção da massa global de mais-valia, também são um mero elemento participante, embora poderoso, na partilha da mais-valia, também para eles existe uma interdependência de mercados e uma concorrência. A crescente internacionalização da economia em todos os aspectos e a dimensão multinacional dos monopólios não modifica no essencial o modelo embora exija a sua análise no quadro internacional.

Não se nega um certo nível de capacidade autónoma de os monopólios manobram os seus preços assim como não se nega que toda a empresa, seja qual for a sua dimensão, tem o desejo de fixação de preços tendencialmente infinitos, mas a verdade é que a lei do valor obstaculiza-os. Por outro lado existem factores que fazem com que os preços de monopólio tendam a subir em relação aos outros — a sua capacidade de absorver uma parte da mais-valia produzida nos outros sectores —, mas também existem fenómenos que levantam a possibilidade de uma sua diminuição — novas

⁽²⁵⁾ K. Marx, *Le Capital*, Ed. Sociale, VIII, p. 237.

⁽²⁶⁾ V. I. Lênine, *Obras Escolhidas*, Edições «Avante!»-Edições Progresso, 1977, vol. I, p. 641.

tecnologias, concorrência com monopólios e sua maior capacidade de resistência.

A influência dos monopólios sobre os preços deve ser encarada como o resultado de uma actuação económica obedecendo a determinadas leis e mecanismos, e não como um produto da vontade dos *managers* das «sobrepotências» industriais e comerciais.

Os monopólios têm a possibilidade de levar à existência de preços mais elevados na medida em que a sua existência for capaz de impor um enfraquecimento do funcionamento da lei do valor, e tal é possível se a existência dos monopólios reforçar as possibilidades de enfraquecimento da moeda. E é nesse plano que o problema deve ser analisado, atendendo a

— situação destacada que os monopólios ocupam no conjunto da actividade económica abre-lhes novas possibilidades de obtenção de crédito e de concessão de crédito⁽²⁷⁾. No capitalismo monopolista o crédito assume proporções mais importantes;

— crescente entrelaçamento entre o capital bancário e o capital industrial não só cria novas possibilidades, efectivadas, de concessão de créditos como lhes transmite uma determinada orientação preferencial que se manifesta quer no plano internacional (a hegemonia de uma moeda no plano internacional permite uma «economia de recursos» no financiamento da exportação de capitais e domínio económico de outros países) quer no plano nacional;

— os fenómenos anteriormente referidos articulados com um Estado de classe faz como que cada vez mais na generalidade dos casos não se ponha a hipótese social de falência dos grandes monopólios, embora estes não escapem à periodicidade das crises. É através do crédito que a sobrevivência em crise de um leque de monopólios é conseguida.

A monopolização da economia é acompanhada por um aumento da pseudovalidação social da moeda, de um crescente desajustamento entre o «preço monetário» e o «preço mercantil» do ouro. E isso manifesta-se de forma aguda nos períodos de crise que, articulada com a crise monetária, teria como resultado «clássico» uma liquidação do crédito ao capital fictício. As proporções internacionais da monopolização são um elo privilegiado de transmissão de um equivalente geral que é o mero produto do «estado das relações de força entre moedas capitalistas e moeda dominante».

Por outras palavras, a monopolização tende a criar uma depreciação em termos monetários do valor de hora de tra-

(27) Algumas multinacionais são verdadeiros potentados financeiros com grande capacidade de intervenção directa no sistema monetário.

balho socialmente necessário na passagem do processo de produção para o processo de realização⁽²⁴⁾.

A monopolização é uma forma de luta de classes — luta entre capitalistas — e uma nova correlação de forças na luta de classes.

7.

Sectores improdutivos e intervenção do Estado na economia: terceiro fenómeno impulsor

O empolamento dos sectores improdutivos é o resultado da acumulação capitalista. É uma expressão da divisão social do trabalho e da amplificação dos mercados.

Os sectores improdutivos têm razão de existência social capitalista, mas agudizam contradições já existentes desde a especialização dos primeiros capitais inseridos em fases improdutivas do ciclo do capital, existentes desde a acumulação primitiva: a divisão social do trabalho a que correspondem surge como necessária quer em si quer pelas consequências sobre o mercado, mas a sua existência corresponde a uma absorção de uma parte da mais-valia criada no sector produtivo.

7.1. Uma amplificação do sector improdutivo privado não significa um aumento dos preços. Se, por definição, não cria valor novo, a sua existência tem que ver com a partilha do valor, e não com o seu montante, predeterminado. Sem a existência de qualquer quebra de relação entre o valor e os preços a estrutura de preços alterar-se-ia a cada modificação do sistema improdutivo, mas sem apresentar globalmente um aumento.

Contudo, fácil será deduzir que o empolamento das actividades improdutivas reforça o crédito — até pela referida contradição —, reforça a massa de mercadorias pseudovalidadas. As actividades improdutivas são um amplificador do enfraquecimento da moeda e, portanto, do aumento de preços de mercadorias de cuja produção está alheada (e às vezes também interveniente na realização).

Escusado será referir as consequências do acasalamento deste fenómeno com a monopolização nas actividades improdutivas.

7.2. De tudo o que foi dito sobre a possibilidade formal de inflação se pode deduzir a importância do Estado neste processo. «A inflação não está ligada à “moeda de papel”. É possível o mesmo fenómeno no caso da circulação metálica. Para nos convenceremos disto basta recordarmos que não são pesos de ouro que circulam, mas denominações legais resultantes da monetarização do ouro pelo Estado.

(24) Relembre-se a nota 4, embora sem estabelecer uma relação directa.

Desde que a cunhagem livre e a fundição das moedas foram interditas, estamos perante todas as condições formais presentes com a moeda de papel (a não ser que a fraude é possível com o metal...). O que é decisivo na inflação não é a forma empírica que toma a moeda, é a existência de uma prática estatal mediatizando a imposição monetária»⁽²⁹⁾. Este é um primeiro parâmetro a reter.

Por outro lado, o Estado, quer como organismo económico quer como organismo político⁽³⁰⁾, não só recorre ao crédito como tem possibilidades — dentro dos interesses de classe que representa mas indubitavelmente gozando de um certo grau de autonomia — de fazê-lo em condições particulares quanto a condições, prazos e volumes. O Estado e os organismos para-estatais têm grandes potencialidades, aproveitadas, de recurso ao crédito.

Se pelo primeiro parâmetro referido é correcto afirmar-se que «não é o Estado que é responsável pela inflação», pois «o que está sobretudo em causa são as condições permissivas da existência de um certo fenómeno»⁽³¹⁾, pelo segundo pode-se afirmar que também o é ao realizar de forma particular a possibilidade formal de inflação.

7.3. Observações sobre a teoria da inflação pela procura.

Um modelo muito generalizado de explicação da inflação, que se pode designar pelo modelo da procura, pode ser sintetizado nos seguintes pontos:

a) Existe uma «economia real» que se refere à produção e circulação de mercadorias medidas numa unidade de medida que não exija a intervenção da moeda, e uma «economia monetária» que resulta da monetarização da economia real, da quantificação das grandezas em unidades de moeda.

b) A «economia real» é expressável da seguinte forma:

$P = C + I$ A produção social é composta por bens de consumo e de investimento;

$P = f(E)$ A produção social é função do volume de emprego dos factores produtivos, variando no mesmo sentido (em termos matemáticos $\delta P / \delta E > 0$).

⁽²⁹⁾ *L'Inflation*, revista citada, p. 52.

⁽³⁰⁾ Dispensamo-nos de aprofundar aqui a articulação entre o económico e o político do Estado. Aliás, esta parte do Estado exigirá um aprofundamento.

⁽³¹⁾ Idem, nota 29.

c) A «economia monetária» é expressável da seguinte forma:

$$\begin{aligned} R &= C(R) + S && \text{O rendimento social ou é utilizado em} \\ & && \text{bens de consumo ou é poupado; o con-} \\ & && \text{sumo é função do volume de rendi-} \\ & && \text{mento;} \\ D &= R && \text{A despesa social é igual ao rendimento} \\ & && \text{social;} \\ D &= f(E, M) && \text{O volume de despesa social é função} \\ & && \text{do volume de emprego existente e do} \\ & && \text{volume de moeda lançado na circu-} \\ & && \text{lação, variando no mesmo sentido [ma-} \\ & && \text{tematicamente } (\delta D / \delta E) > 0 \text{ e } (\delta D /} \\ & && \text{/} \delta M) > 0 \text{].} \end{aligned}$$

d) A síntese da «economia real» e da «economia monetária» é feita através de

$$P = D.$$

Se $P < D$ estamos perante uma situação inflacionista que pode resultar de duas situações possíveis:

- empolamento do montante de despesa social em termos monetários sem possibilidades de correspondência na economia real — atingindo o pleno emprego;
- atrofiamento do montante de produção social real global aquém das suas capacidades máximas devido a estrangulamentos.

Esta formulação simplista parece tão explicativa que alguns autores já definem inflação em relação a este modelo. Isto é, não partem dos fenómenos para os explicar teoricamente, mas partem de uma certa visão teórica para enquadrar a realidade: «entender-se-á por inflação interna o desequilíbrio entre a procura monetária ex-ante, ou poder de compra activo por parte dos agentes económicos (exterior, empresas, Estado e famílias) e a oferta física dos bens e serviços procurados, tendendo esse desequilíbrio a saldar-se ex-pós por uma subida de preços»⁽²²⁾.

Mas este modelo coloca desde logo uma objecção e uma questão fundamentais:

I) É certo que a consideração da dualidade «real»/«monetário» representa um progresso teórico em relação a uma mera «economia real eventualmente monetarizável», mas é

⁽²²⁾ Alfredo de Sousa, «Inflação e Desenvolvimento em Portugal», *Análise Social*, n.º 34, 1972.

uma continuidade de alguns erros básicos: «os campos "real" e "monetário" justapõem-se sem se integrarem, e se essa integração se viesse a realizar seria pela identificação da moeda com todo e qualquer outro activo, isto é, pelo desaparecimento da moeda como realidade específica»⁽³³⁾, o que seria a negação da própria sociedade porque a economia capitalista é uma economia necessariamente monetária, sem o que também não tem significado falar em «real».

II) Donde vêm os rendimentos «em termos monetários» capazes de fazerem com que a despesa seja superior à produção?

Se a resposta a esta questão for dada no quadro da evolução cíclica da conjuntura com identificação entre períodos de alta conjuntura e períodos inflacionistas então podemos responder que esse empolamento da despesa resulta de um desentesouramento de dinheiro retirado da circulação durante o período de crise e de um empolamento resultante das expectativas favoráveis que virá a ser destruído na futura crise monetária. Mas na mesma medida em que neste pressuposto é fácil encontrar uma resposta, também é difícil articular esta concepção da inflação (fenómeno da alta conjuntura) com a inflação em períodos de crise. O problema da «inflação em crise» é um falso problema que encobre uma prévia errada concepção de inflação e que, como todo o falso problema, não tem verdadeira solução.

Se a resposta não for dada no quadro cíclico e o for numa análise estrutural não saberemos explicar por que razão de uma forma sistemática e duradoira surge uma procura superior à produção. Se os rendimentos novos são criados no próprio processo de produção, como é possível um tal desequilíbrio permanente? Explicar por uma variação autónoma de Massa monetária decidida pelo Estado seria cair nos erros em que caiu a teoria quantitativa da moeda a que já se fez referência. Para assim não ser, o desajustamento entre o «real» e o «monetário» só pode ser interpretado como um enfraquecimento da validação social das mercadorias, mas apresentado de uma forma deformada e mistificadora: transfere as causas do fenómeno do próprio sistema capitalista global para os seus agentes isolados possuidores de uma capacidade decisória autónoma, dominável pela política de um Estado independente desses agentes. Abre mesmo as possibilidades de transferir a responsabilidade para apenas uma parte dos agentes... e já é sabido que para os capitalistas os grandes responsáveis das «taras» do capitalismo são sempre os trabalhadores.

(33) Idem, nota 10.

8.

Explicação global da inflação

8.1. Como resulta do atrás afirmado, a inflação é um fenómeno económico-social inerente ao sistema capitalista da segunda metade do século XX que só é possível pelo actual sistema monetário internacional, mas que só é explicável pela consideração simultânea do fenómeno permissivo e do conjunto dos fenómenos impulsionadores.

Não é possível absolutizar nenhum dos aspectos com subestimação dos restantes sem o perigo de deixar na sombra fenómenos fundamentais da explicação da inflação, mesmo que em determinada sociedade e em determinado momento pareçam não surgir como relevantes. Essa subalternização de alguns dos aspectos, essa perda da visão de conjunto, para além de facilmente permitir a deformação ideológica das possibilidades de resolução da inflação dentro dos quadros do sistema capitalista, corre permanentemente o risco de ser o sustentáculo de políticas económicas anti-inflacionistas que só resolvem algumas questões parciais e permitem sempre a erupção das dos outros elementos impulsionadores latentes, muitas vezes estimulados por aquelas.

Resumindo, a explicação da inflação tem que ser encontrada na articulação dos seguintes aspectos, anteriormente hierarquizados:

1) Enfraquecimento da moeda:

- Inerência do crédito; articulação da moeda e do crédito em simultânea relação de causa e efeito; hegemonia da moeda crédito nos actuais sistemas monetários;
- Articulação entre moedas bancárias; sistema monetário unificado; mediatização estatal na imposição monetária;
- Relação indirecta das moedas nacionais com o ouro; crise internacional do dólar; desorganização monetária internacional.

2) Luta de classes:

- Entre capitalistas e trabalhadores;
- Entre fracções capitalistas;
- Entre metrópoles imperialistas.

3) Monopolização nacional e internacional dos capitais industrial, bancário e financeiro e suas formas de interligação com o Estado.

4) Desenvolvimento dos sectores improdutivos.

5) Actuação estatal:

- Como mediatizador da imposição monetária;
- Como agente económico e político interveniente no crédito e na moeda.

8.2. Mas esta explicação da inflação é ao mais alto nível de abstracção. Cada economia tem uma determinada expressão fenomenológica deste conjunto de fenómenos permissivos e impulsionadores.

Cada país tem um determinado tipo de inserção no sistema monetário internacional e participa ou sofre de determinada forma as consequências da partilha de poder entre metrópoles imperialistas conforme o seu grau de desenvolvimento económico, importância e natureza do comércio externo, relações com as moedas dos outros países, intervenção no movimento internacional de capitais a curto e a longo prazos, relações com as centrais financeiras internacionais, tipo de reservas do banco central, possibilidades de acesso ao mercado internacional do ouro, etc.

Por outro lado, em cada país a articulação entre estes diversos aspectos processa-se, em cada momento, através de determinados mecanismos. Pode traduzir-se por uma desvalorização ou uma revalorização, por um empolamento do crédito bancário dirigido para este sector ou aquele, formalmente dirigido para o comércio externo ou para o consumo ou ainda para a produção, pode haver aumento de salários generalizado ou localizado como maior ou menor capacidade de resposta capitalista, pode haver inovação tecnológica ou estagnação, pode haver militarização da economia e financiamento de uma guerra ou dívida estatal para financiar o desenvolvimento de determinado tipo de monopólios, etc.

E todos estes fenómenos podem surgir em graus muito diversos de intensidades que exprimem relações sociais-tipo.

É esta diversidade do quadro fenomenológico de manifestação da explicação global da crise que justifica as diversidades das «inflações nacionais». É este quadro que é o dado imediato de observação, mas a explicação teórica não pode ficar a esse nível se não nos quisermos arriscar a, para além de manifestar uma incoerência teórica, pensarmos que se debela a inflação num determinado país debelados determinados fenómenos, quando muitas vezes acontece que o debelar de uns, mantidas as causas fundamentais e gerais, é imediatamente seguido de outros que, aparentemente contrários, são os seus irmãos gémeos⁽³⁴⁾.

⁽³⁴⁾ Estas observações não levam à conclusão da ineficácia total de qualquer intervenção contra a inflação e a um passivo cruzar dos braços. Quanto a essa intervenção é necessário ter presente os seguintes parâmetros fundamentais:

— O elemento permissivo e os elementos impulsionadores são inerentes ao próprio sistema capitalista actual, produto da sua contradição fundamental, e a inflação existirá enquanto houver sistema capitalista;

— Detectado o quadro fenomenológico da inflação numa dada economia e num determinado momento é possível ter actuações que

A própria existência da inflação em Portugal como problema grave levar-nos-ia inevitavelmente a procurar acabar este artigo com uma análise ainda que breve da realidade portuguesa.

Contudo, por muito breve que fosse nunca poderia ser demasiado sucinta quer pela complexidade do modelo a testar quer pelo facto de a evolução da última década da economia portuguesa ser um verdadeiro laboratório social que exige e impõe uma análise minuciosa.

Consideramos arriscado o tratamento apressado do problema e guardamo-nos para uma análise posterior mais cuidada.

CARLOS PIMENTA

ao debelar total ou parcialmente esses fenómenos concretos leve a uma atenuação da inflação;

— Essa actuação tem que partir dos pressupostos teóricos básicos para que não sirvam os objectivos que dizem combater;

— Esse quadro de actuações articuladas é sempre provisório e há que oportuna e rapidamente adequá-lo ou substituí-lo conforme a evolução do quadro fenomenológico global.

Diferenças ou acuriosas

- 1) Nas funções da moeda falta a análise de dois problemas:
 - conceito de oferta e procura da moeda
 - valor da moeda
- 2) Na articulação moeda/crédito necessitam desenvolver
 - raiz do crédito na produção capitalista
 - pseudo-validação e articulação hierárquica do sistema bancário

3) O factor permissivo deve vir depois dos factores impulsionadores (por coerência lógica e histórica)

4) Os factores impulsionadores têm a sua raiz na modificação das relações de produção e são uma expressão do funcionamento de lei do valor

(ver os cinco aspectos referidos na aula)
(ajuntá-los)

5) Sector improdutivo não se' de considerar.

6) Intervenção do Estado é parte integrante da luta de classes

7) A luta de classes como factor impulsionador aparece formulada de forma imprecisa, ali porque não agarra a problemática das relações salariais e relações com forças produtivas

8) A importância de cada um dos factores impulsionadores varia com

- integração do país no contexto mundial
- especificidades do país

9) Desenvolver continuidade e suflusa entre as frases da mesda

10) Definição empírica de inflação não deve invalidar a teoria

11) Referência às partes cortadas

- Recordar que nas transmissões não se adotam em os textos originais, nomeadamente francês,